

D. G. Lobo
23/6/97 21
157

Folha de Londrina



MORADORES DA REGIÃO ocupam a Estrada do Colono, no dia 8 de maio, como uma forma de protestar contra o seu fechamento e exigir a sua reabertura

Reabertura da Estrada do Colono põe em xeque Parque Nacional do Iguaçu

Destino de área tombada como Patrimônio da Humanidade será decidido quinta

Elza Oliveira

• CURITIBA. Além de estar no banco dos réus no plano internacional, com o questionamento da Unesco sobre a classificação de Patrimônio da Humanidade, o futuro do Parque Nacional do Iguaçu estará sendo decidido na próxima sexta, dia 27, no Tribunal Regional Federal, em Porto Alegre. Os juízes do Tribunal Pleno apreciarão um agravo contra a decisão do ex-presidente do TRF, Pedro Máximo Paim Falcão, que permitiu a reabertura da Estrada do Colono. A rodovia, com 17,5 quilômetros, corta a zona considerada intangível no plano de manejo do Parque. Ela liga as cidades de Serranópolis e Capanema e serve de acesso a Foz do Iguaçu para gaúchos e catarinenses.

A ligação foi fechada, por decisão da Justiça Federal, em 86, numa ação movida por entidades ambientalistas contra o Ibama, que não estava cumprindo o plano de manejo. Zona intangível é a

reservada como banco genético e matriz de repovoamento, que não pode sofrer ação do homem.

Depois de 11 anos interdita, a Estrada do Colono foi invadida no dia 8 de maio por mais de duas mil pessoas, moradoras dos municípios vizinhos. Duas semanas depois, o juiz Paim Falcão cassou a liminar que garantia o fechamento da rodovia, embora duas sentenças tenham sido dadas determinando a integridade do Parque. Uma média de 500 carros e caminhões estão passando diariamente pela rodovia.

População andava 200 quilômetros até outra cidade

O presidente da Associação de Integração Comunitária pró-Estrada do Colono, Marcos Rogério Pagani, disse que a população não aceitava mais dar uma volta de quase 200 quilômetros para ir de uma cidade a outra. Pelo trajeto dentro do Parque Nacional do Iguaçu, elas ficam a menos de 20 quilômetros. O superintenden-

te do Ibama no Paraná, Jonel Nazereno Iurk, disse que o órgão sempre esteve aberto a debater as aspirações da comunidade:

— Nunca nos recusamos a conversar e aceitamos que se faça um estudo para readequação do plano de manejo. O que não se pode admitir é a ilegalidade da invasão de um Parque Nacional, que coloca em risco todas as áreas de preservação no Brasil.

O Parque Nacional do Iguaçu, localizado no extremo Oeste do Paraná, na fronteira com a Argentina, foi criado na década de 40 e representa a mais importante reserva de mata pluvial subtropical da América do Sul. São 185 mil hectares no lado brasileiro e outros 55 mil no lado argentino. Numa das extremidades do Parque estão as Cataratas do Iguaçu, visitadas por um milhão de turistas todos os anos. A Estrada do Colono corta o trecho mais distante desta área e, por isso, foi classificada como zona intangível.

Além dos problemas envolven-

do o Parque do Iguaçu, existem outras questões ambientais em debate na região Oeste do Paraná. O Governo do estado está programando para outubro a realização dos Jogos Mundiais de Natureza, em torno do lago da hidrelétrica de Itaipu e das Cataratas do Iguaçu.

Bases náuticas serão instaladas em área de preservação

Nas últimas semanas, foram realizadas licitações para construção de sete bases náuticas e cerca de cem quilômetros de estradas de acesso, às margens do lago, além de um parque próximo à barragem da usina. A área desapropriada para as marinas, num total de 390 hectares, fica na faixa de proteção de Itaipu, considerada de preservação permanente.

As bases náuticas constituem o primeiro passo para os distritos turísticos que o Governo pretende implantar com o projeto Costa Oeste, com grandes hotéis, marinas e outros equipamentos. ■